

Desempenho fiscal do Governo Federal em março de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- De acordo com o Tesouro Nacional, as contas do Governo Central (que englobam Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentaram um déficit primário de R\$ 73,8 bilhões em março deste ano, significando uma piora na comparação com o resultado obtido no mesmo mês do ano passado, quando foi contabilizado um resultado positivo de R\$ 1,53 bilhão, além de representar o pior resultado para o mês de março em 30 anos. De acordo com o governo, esse resultado negativo está relacionado, principalmente, com a antecipação no pagamento de precatórios (sentenças judiciais), que foi efetuado em março de 2026. Contribuíram mais intensamente para esse fraco desempenho das contas públicas em março, o déficit do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 24,6 bilhões e da Previdência Social, que registrou um déficit primário de R\$ 49,2 bilhões. Da mesma forma, as contas do Banco Central também foram deficitárias nesse mês, no valor de R\$ 46 milhões. No acumulado do primeiro trimestre de 2026, observou-se um déficit de R\$ 17,1 bilhões, bem abaixo do resultado alcançado no mesmo período de 2025, quando as contas do Governo Central foram superavitárias em R\$ 55 bilhões.
- As despesas totais do Governo somaram R\$ 269,9 bilhões em março deste ano, registrando um aumento de R\$ 89,1 bilhões (ou 49,2%, em termos reais), na comparação com o mesmo mês do ano anterior, enquanto a receita líquida (excluídas as transferências constitucionais a estados e municípios) alcançou R\$ 196,1 bilhões, com um crescimento real de apenas 7,5%. O aumento dos gastos nesse mês esteve associado, notadamente, com as rubricas de Sentenças Judiciais e Precatórios (+R\$ 34,9 bilhões), Benefícios Previdenciários (+R\$ 28,6 bilhões) e de Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 11,3 bilhões). Vale ressaltar que outros fatores influenciaram também a elevação das despesas nessas duas últimas rubricas, destacando-se o aumento da base de segurados, a política de valorização do salário-mínimo e os reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público. Considerando o acumulado no primeiro trimestre de 2026, o crescimento das despesas foi influenciado por esses mesmos fatores, agregando-se, ainda, o avanço nas Despesas Discricionárias, principalmente das direcionadas para as funções Educação, Saúde e Demais, bem como a elevação nos Benefícios de Prestação Continuada (LOAS/RMV). Em compensação, houve queda nos gastos em Abono e Seguro Desemprego, devido à redução nos pagamentos do seguro-defeso, menores pagamentos do Programa Bolsa Família e queda no Apoio Financeiro a Estados e Municípios.
- Relativamente às receitas, pode-se afirmar que houve um bom comportamento da arrecadação nesse mês, influenciado pelo crescimento da economia, bem como pelas medidas de aumento de impostos, adotadas pelo Governo Federal. O avanço real das receitas foi influenciado pela expansão nas Receitas Administradas pela Receita Federal (expansão de 4,5%, ou +R\$ 22,8 bilhões) e pelo crescimento de 6,1% (+R\$ 10,4 bilhões) da Arrecadação Líquida para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS. Dentre as Receitas Administradas, as maiores fontes de crescimento vieram do IOF, por conta do aumento na arrecadação associada às operações de crédito, seguro e câmbio, Imposto de Renda, impulsionado por aumentos no lucro presumido, na declaração de ajuste e no IRRF-Capital (aplicações de renda fixa) e Outras Receitas Administradas pela RFB. Por outro lado, a queda nas Receitas Não Administradas pode ser atribuída ao desempenho na arrecadação proveniente de Dividendos e Participações, motivada pelos menores repasses efetuados pelo Banco do Brasil e Petrobras.
- A receita líquida do Governo Central em março de 2026 alcançou R\$ 196,1 bilhões, com um avanço real de 7,5%, relativamente ao mesmo mês do ano anterior. Esse desempenho mais tímido da arrecadação favoreceu o déficit primário de R\$ 73,8 bilhões registrado pelo Governo Central nesse mês. Vale lembrar que a meta fiscal do Governo Federal para 2026 é que as contas do governo tenham um saldo positivo de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 34,3 bilhões. As

regras estabelecidas pelo arcabouço fiscal permitem a exclusão de determinadas despesas no cálculo do déficit, favorecendo o cumprimento das metas pelo governo. Mas a previsão oficial do governo é de que suas contas tenham um déficit de quase R\$ 60 bilhões em 2026, o que certamente vai impactar na dívida pública e em maior necessidade de financiamento, caracterizando, portanto, maior fragilidade fiscal.

- Com relação ao setor público consolidado, o saldo negativo projetado nas contas públicas para 2026 é de 8,54% do PIB, o maior já registrado desde 2003. No acumulado de janeiro a março deste ano, o déficit nominal atingiu R\$ 260,1 bilhões, ou 8,08% do PIB, muito acima do obtido no mesmo período de 2025 (3,48% do PIB). No primeiro trimestre do ano, o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 17,0 bilhões, enquanto os governos estaduais e municipais registraram saldo positivo de R\$ 29,6 bilhões. As empresas estatais registraram déficit de R\$ 5,9 bilhões. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,1% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em março de 2026, aumentando 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Comentário: As contas do Governo Central (que englobam Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentaram um déficit primário de R\$ 73,8 bilhões em março deste ano, significando uma piora na comparação com o resultado obtido no mesmo mês do ano passado, quando foi contabilizado um resultado positivo de R\$ 1,53 bilhão, além de representar o pior resultado para o mês de março em 30 anos. No acumulado de janeiro a março de 2026, o déficit nominal atingiu R\$ 260,1 bilhões, ou 8,08% do PIB, muito acima do obtido no mesmo período de 2025 (3,48% do PIB). A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,1% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em março de 2026, aumentando 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional – Janeiro - Março de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Março		Variação (2026/2025)		Março		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	720.714	776.145	7,70%	3,40%	214.817	235.026	9,40%	5,10%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	143.686	149.704	4,20%	0,10%	39.654	38.928	-1,80%	-5,70%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	577.028	626.441	8,60%	4,20%	175.164	196.098	12,00%	7,50%
4. DESPESA TOTAL	522.035	643.526	23,30%	18,30%	173.636	269.881	55,40%	49,20%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	54.993	-17.085	-	-	1.527	-73.783	-	-
Banco Central	-11	-126	-	975,10%	-7	-46	585,30%	558,10%
Previdência Social (RGPS)	-65.516	-92.248	40,80%	34,90%	-22.951	-49.170	114,20%	105,70%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,82%	-0,53%	-	-	0,14%	-6,39%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Janeiro-Março-2025/2026 - Valores a preços de março/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Janeiro - Março		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	757.667,30	783.181,00	25.513,70	3,40%
Receita Administrada pela RFB	508.402,80	531.156,00	22.753,10	4,50%
Imposto de Importação	23.858,10	24.558,80	700,7	2,90%
IPI	22.212,40	21.589,20	-623,2	-2,80%
Imposto sobre a Renda	246.210,30	251.822,40	5.612,10	2,30%
IOF	17.603,20	25.409,70	7.806,50	44,30%
COFINS	97.729,80	101.625,40	3.895,60	4,00%
PIS/PASEP	27.696,80	26.116,30	-1.580,60	-5,70%
CSLL	59.951,60	61.399,60	1.448,00	2,40%
CIDE Combustíveis	765,7	745,4	-20,3	-2,70%
Outras Receitas Administradas pela RFB	12.375,00	17.889,20	5.514,20	44,60%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	170.549,60	180.973,40	10.423,80	6,10%
Receitas Não Administradas pela RFB	78.714,80	71.051,60	-7.663,20	-9,70%
Concessões e Permissões	1.644,30	1.459,90	-184,4	-11,20%
Dividendos e Participações	8.448,30	5.039,40	-3.408,90	-40,40%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.498,10	4.463,70	965,6	27,60%
Exploração de Recursos Naturais	34.498,20	30.844,10	-3.654,10	-10,60%
Receitas Próprias e de Convênios	6.546,70	5.107,40	-1.439,20	-22,00%
Contribuição do Salário Educação	8.798,50	9.335,30	536,8	6,10%
Demais Receitas	15.270,00	14.789,10	-481	-3,10%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	150.851,60	151.027,80	176,2	0,10%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	606.815,70	632.153,20	25.337,50	4,20%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-março-2025/2026 - Valores a preços de março/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Janeiro - Março		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	548.065,5	648.126,2	100.060,7	18,3%
Benefícios Previdenciários	239.296,9	273.746,5	34.449,6	14,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	4.967,8	29.311,3	24.343,5	-
Pessoal e Encargos Sociais	94.123,0	110.965,9	16.842,9	17,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	681,8	9.525,0	8.843,1	-
Outras Despesas Obrigatórias	91.794,1	125.015,3	33.221,2	36,2%
Abono e Seguro Desemprego	22.435,3	19.248,8	-3.186,5	-14,2%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	2.686,5	222,3	-2.464,1	-91,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	32.296,1	34.538,9	2.242,8	6,9%
Créditos Extraordinários	822,0	803,1	-18,9	-2,3%
Fundeb - Complementação da União	18.445,5	20.238,4	1.792,9	9,7%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	4.031,5	4.505,6	474,1	11,8%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	1.045,9	1.004,3	-41,6	-4,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	908,0	36.118,4	35.210,4	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.524,7	5.409,0	-1.115,7	-17,1%
Impacto Primário do FIES	474,5	666,8	192,3	40,5%
Demais	2.124,2	2.259,6	135,4	6,4%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	122.851,5	138.398,5	15.547,0	12,7%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	92.387,1	89.856,7	-2.530,4	-2,7%
Discricionárias	30.464,4	48.541,8	18.077,4	59,3%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - janeiro-março/2026 - R\$ milhões correntes

Discriminação	Janeiro - Março				Fluxos mensais		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Janeiro	Fevereiro	Março
Nominal	105 109	3,48	260 066	8,08	1 086 250	1 089 613	1 217 531
Governo Central(1)	118 000	3,90	261 237	8,11	966 686	975 820	1 093 803
Governos estaduais	- 10 516	-0,35	- 4 143	-0,13	101 070	94 472	101 463
Governos municipais	- 4 620	-0,15	- 4 840	-0,15	3 523	3 317	5 917
Empresas estatais(2)	2 244	0,07	7 812	0,24	14 971	16 004	16 348
Juros nominais	193 820	6,41	266 690	8,28	1 030 822	1 036 770	1 080 424
Governo Central(1)	170 329	5,63	244 191	7,59	912 123	920 267	965 742
Governos estaduais	20 317	0,67	17 958	0,56	103 036	100 546	98 184
Governos municipais	2 203	0,07	2 635	0,08	10 427	10 555	10 654
Empresas estatais(2)	971	0,03	1 906	0,06	5 236	5 402	5 844
Primário	- 88 710	-2,93	- 6 624	-0,21	55 428	52 843	137 107
Governo Central	- 52 328	-1,73	17 046	0,53	54 563	55 553	128 061
Governos estaduais	- 30 833	-1,02	- 22 101	-0,69	- 1 966	- 6 074	3 279
Governos municipais	- 6 823	-0,23	- 7 476	-0,23	- 6 904	- 7 238	- 4 737
Empresas estatais(2)	1 273	0,04	5 906	0,18	9 735	10 602	10 504
PIB acumulado no ano*	3 024 723	-	3 219 356	-	-	-	-

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.